

PROVA COMENTADA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

Marque a alternativa **CORRETA**:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define criança e adolescente em termos de idade como:

- A) Criança: até 16 anos incompletos / Adolescente: de 16 a 21 anos incompletos.
- B) Criança: até 12 anos incompletos / Adolescente: de 12 a 18 anos incompletos.
- C) Criança: até 10 anos incompletos / Adolescente: de 10 a 18 anos completos.
- D) Criança: até 11 anos incompletos / Adolescente: de 12 a 18 anos incompletos.
- E) Criança: até 12 anos incompletos / Adolescente: de 12 a 18 anos completos.

GABARITO: B) Criança: até 12 anos incompletos / Adolescente: de 12 a 18 anos incompletos. De acordo com o Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança a pessoa com até 12 anos incompletos, enquanto adolescente refere-se à faixa etária compreendida entre 12 e 18 anos incompletos.

QUESTÃO 2

Marque a alternativa **CORRETA**:

O que é o Conselho Tutelar?

- A) Um órgão administrativo do Conselho Municipal de Direitos.
- B) Um órgão do Poder Judiciário.
- C) Um órgão do Ministério Público.
- D) Um órgão da Defensoria Pública.
- E) Um órgão autônomo, não vinculado a nenhum dos mencionados anteriormente.

GABARITO: E) Um órgão autônomo, não vinculado a nenhum dos mencionados anteriormente. O Conselho Tutelar é um órgão autônomo e não faz parte dos órgãos mencionados nas opções anteriores. O artigo 131 do ECA define o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional.

QUESTÃO 3

Qual é a função principal do Conselho Tutelar?

- A) Atuar em casos de violência comunitária.
- B) Atuar em casos de tráfico de drogas.
- C) Zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- D) Fiscalizar a atuação das escolas.
- E) Promover a saúde pública.

GABARITO: C) Zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. A função principal do Conselho Tutelar está prevista no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece que o Conselho Tutelar é responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Essa atribuição é fundamental para garantir a proteção e promoção dos direitos infantojuvenis.

QUESTÃO 4

Em que situações o Conselho Tutelar pode ser acionado?

- A) Somente em casos de maus-tratos físicos.
- B) Somente em casos de abuso sexual.
- C) Em qualquer situação que envolva crianças ou adolescentes em situação de risco ou violação de direitos.
- D) Somente em casos de violência escolar.
- E) Em casos de divórcio.

GABARITO: C) Em qualquer situação que envolva crianças ou adolescentes em situação de

risco ou violação de direitos. O Conselho Tutelar pode ser acionado em qualquer situação que envolva crianças ou adolescentes em situação de risco ou violação de direitos. Essa atribuição está prevista no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

QUESTÃO 5

Qual das seguintes atribuições **NÃO** pode ser exercida pelo Conselho Tutelar?

- A) Atender crianças e adolescentes em situação de risco.
- B) Fiscalizar estabelecimentos que atendem crianças e adolescentes.
- C) Aplicar medidas de proteção para crianças e adolescentes.
- D) Requerer tratamento psiquiátrico para crianças e adolescentes.
- E) Colocação da criança em outra família.

GABARITO: E) Colocação da criança em outra família. A atribuição de colocação da criança em família substituta é de competência exclusiva do juiz. Conforme previsto no artigo 166, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cabe ao juiz decidir sobre a colocação da criança em família substituta, considerando os princípios da guarda, tutela e adoção. Embora o Conselho Tutelar desempenhe um papel importante na proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente, a decisão e a responsabilidade pela colocação em outra família são atribuições do sistema judicial, representado pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude.

QUESTÃO 6

Qual das alternativas corresponde a uma atribuição do Conselho Tutelar em relação aos pais ou responsáveis de crianças e adolescentes em situação de risco?

- A) Aplicar medidas socioeducativas aos pais ou responsáveis.

B) Intimar os pais ou responsáveis para audiências na Justiça.

C) Encaminhamento dos pais para tratamento psicológico ou psiquiátrico.

D) Entregar termo de guarda para parentes ou responsáveis, quando a criança esteja em risco.

E) Oferecer ajuda financeira aos pais ou responsáveis.

GABARITO: C) Encaminhamento dos pais para tratamento psicológico ou psiquiátrico. A atribuição de encaminhar os pais ou responsáveis para tratamento psicológico ou psiquiátrico é prevista no artigo 129, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Conselho Tutelar pode, diante de situações de risco em que os pais ou responsáveis apresentem problemas de saúde mental que interfiram no cuidado e proteção dos filhos, encaminhá-los para tratamento psicológico ou psiquiátrico. Essa medida tem o objetivo de promover a saúde e o bem-estar tanto dos pais ou responsáveis quanto das crianças e adolescentes envolvidos, visando à superação das dificuldades e à garantia de um ambiente saudável e seguro para o desenvolvimento da família.

QUESTÃO 7

Marque a opção **CORRETA**:

Como o Conselho Tutelar deve atuar em relação à escola dentro de suas atribuições legais?

A) Fiscalizando a atuação dos professores nas aulas.

B) Aplicando medidas socioeducativas a adolescentes que se envolvem em atos infracionais.

C) Transportando crianças especiais da residência para a escola, caso esteja sem transporte escolar.

D) Determinando, junto à Direção, a exclusão de alunos que apresentam comportamento inadequado.

E) Verificando situações relativas a elevados níveis de repetência nas escolas.

GABARITO: E) Verificar situações de escolas que informam elevados níveis de repetência. A atribuição do Conselho Tutelar de verificar situações de escolas que informam elevados níveis de repetência está prevista no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao verificar situações de repetência em níveis considerados elevados, o Conselho Tutelar pode atuar para identificar as causas desse problema, propor soluções e encaminhar os casos aos órgãos competentes, visando garantir o direito à educação e evitar a evasão escolar.

QUESTÃO 8

Quando crianças e adolescentes praticam atos infracionais, qual o procedimento deve ser adotado pelo **Conselho Tutelar**?

- A) Aplicar medidas de proteção a crianças que praticam atos infracionais, bem como providenciar a medida estabelecida pelo juiz para o adolescente autor de ato infracional.
- B) Devem aplicar medidas socioeducativas somente aos adolescentes.
- C) Aplicar medidas socioeducativas que incluam a comunidade e família dos adolescentes, a fim de saberem sobre como lidar com a situação.
- D) Elaborar um plano individual de atendimento para cada criança e adolescente envolvido(a) em ato infracional.
- E) Representar legalmente os adolescentes perante o sistema de justiça.

GABARITO: A) Aplicar medidas de proteção a crianças que praticam atos infracionais, bem como providenciar a medida estabelecida pelo juiz para o adolescente autor de ato infracional. O artigo 105 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que o Conselho Tutelar é encarregado de "aplicar medidas de proteção a crianças que praticam atos infracionais. Além disso, o artigo 136, inciso VI do ECA determina que o Conselho Tutelar deve

providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, incisos I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

QUESTÃO 9

Qual dentre os itens abaixo **NÃO** corresponde à atribuição do Conselho Tutelar quanto à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes?

- A) Garantir o direito à educação.
- B) Garantir o direito à saúde.
- C) Garantir o direito à dignidade.
- D) Garantir o direito ao trabalho.
- E) Garantir o direito à liberdade de expressão.

GABARITO: D) Garantir o direito ao trabalho. O Conselho Tutelar tem como atribuição garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, no entanto é importante ressaltar que o direito ao trabalho não é garantido a crianças, uma vez que existem restrições legais relacionadas à idade e ao tipo de atividade laboral. O direito à profissionalização é regulamentado pelo ECA em conjunto com a legislação trabalhista, a partir dos 14 anos de idade, na condição de aprendizes, conforme o Artigo 60.

QUESTÃO 10

Qual das alternativas abaixo **NÃO** corresponde a uma atribuição do Conselho Tutelar:

- A) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- B) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- C) Representar ao Prefeito Municipal para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto a família natural.

D) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

E) Representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e adolescente.

GABARITO: C) representar ao Prefeito Municipal para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. O Conselho Tutelar tem como uma de suas atribuições, de acordo com o artigo 136, inciso XI do ECA, representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. Portanto, a opção incorreta é a letra c, pois ela indica erroneamente que essa representação seria ao Prefeito Municipal.

QUESTÃO 11

Um bebê recém-nascido foi abandonado em frente a uma maternidade. Foi acionado o Conselho Tutelar para tomar providências em relação à proteção e bem-estar da criança. Nesse contexto, a medida de proteção imediata a ser aplicada pelo Conselho Tutelar é de extrema importância. Dentre as opções abaixo, qual a opção **CORRETA**?

- A) Entregar o bebê na delegacia.
- B) Colocação em instituição de acolhimento.
- C) Agilizar a adoção.
- D) Conceder um termo de guarda diretamente a uma pessoa de sua confiança.
- E) Levar para a casa do coordenador do Conselho Tutelar.

GABARITO: B) Colocação em instituição de acolhimento. O artigo 136, inciso I, do ECA atribui ao Conselho Tutelar o dever de atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, que inclui a colocação em instituição de acolhimento. Portanto, com base nos artigos 101, inciso VII, e 136, inciso I, do ECA, a medida de colocação em instituição de acolhimento é a adequada nessa situação, assegurando a proteção e o bem-estar do bebê recém-nascido abandonado em frente à maternidade.

QUESTÃO 12

Abaixo estão descritas algumas medidas de proteção previstas no ECA, que podem ser aplicadas pelas autoridades competentes em situações de risco, **EXCETO**:

- A) Orientação, apoio e acompanhamento temporários
- B) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento de ensino fundamental.
- C) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- D) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- E) Realização de trabalho infantil de crianças em condições adequadas para a idade.

GABARITO: E) Realização de trabalho infantil de crianças em condições adequadas para a idade. A alternativa E) é falsa com base no artigo 60 do ECA, que estabelece que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, exceto na condição de aprendiz. Portanto, a realização de trabalho infantil, mesmo em condições adequadas para a idade, não pode ser considerado uma medida de proteção, mas sim uma violação dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos no ECA.

QUESTÃO 13

Em uma pequena cidade do interior, o Conselho Tutelar recebe uma denúncia anônima de que uma criança de 11 anos está vivendo em situação de vulnerabilidade extrema, sem acesso à saúde e educação adequadas, e sem registro de nascimento. Diante dessa situação, o Conselho Tutelar decide agir para garantir os direitos da criança e sua proteção integral, amparado pelo artigo 136 do ECA. Após constatar as condições precárias em que a criança vive, eles podem providenciar algumas medidas. Dentre as opções abaixo, marque a única alternativa **CORRETA**:

- A) Encaminhar a criança para um curso de profissionalização.
- B) Levar imediatamente a criança para sua casa e alimentá-la.
- C) Oferecer uma carona para a casa da tia no município vizinho e entregar-lhe a guarda.
- D) Realizar a emissão de carteira de identidade e título de eleitor para a criança.
- E) Requisitar certidão de nascimento para a criança.

GABARITO: E) Requisitar certidão de nascimento para a criança. O artigo 136, inciso VIII do ECA estabelece que é atribuição do Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário. No caso apresentado na questão, a constatação de que a criança não possui registro de nascimento indica uma violação do seu direito fundamental. Dessa forma, o Conselho Tutelar está amparado pelo ECA para agir e requisitar a certidão de nascimento da criança, a fim de regularizar sua situação e garantir o pleno exercício de seus direitos.

QUESTÃO 14

A família Silva, composta por Pedro, Ana e seu filho Lucas, enfrentava dificuldades financeiras. Com a perda frequente do emprego por parte de Pedro, a situação piorou, afetando a dinâmica familiar. Lucas sofria com a falta de alimentação

adequada, problemas de saúde e baixo desempenho escolar. Os professores notificaram o Conselho Tutelar, que decidiu intervir. Considerando o artigo 129 do ECA, o Conselho Tutelar aplicou medidas para ajudar a família. Qual das opções abaixo não caberia ao Conselho Tutelar por **NÃO** ser sua atribuição?

- A) Encaminhamento a serviços e programas de proteção, apoio e promoção da família.
- B) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- C) Encaminhamento a cursos de orientação.
- D) Obrigação de matricular o filho e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- E) Perda da guarda.

GABARITO: E) Perda da guarda. O Conselho Tutelar não tem a atribuição de determinar a perda da guarda dos pais ou responsáveis. Segundo o artigo 129 do ECA, combinado com o artigo 136, inciso II, essa medida está claramente atribuída ao Poder Judiciário. O Conselho Tutelar desempenha um papel de auxílio e suporte às famílias em situações de vulnerabilidade, mas a decisão sobre a perda da guarda requer um processo judicial adequado, garantindo os princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Portanto, essa atribuição específica não está sob a competência do Conselho Tutelar.

QUESTÃO 15

São direitos fundamentais que devem ser garantidos a todas as crianças e adolescentes, **EXCETO**:

- A) Vida.
- B) Saúde.
- C) Medidas socioeducativas.
- D) Dignidade.
- E) Lazer.

GABARITO: C) Medidas socioeducativas. Todos os direitos mencionados são fundamentais

e devem ser garantidos a todas as crianças e adolescentes. A vida, saúde, dignidade, e lazer são direitos essenciais para o desenvolvimento e bem-estar da criança e do adolescente, conforme estabelecido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, o item C) medidas socioeducativas - não é um direito fundamental, mas sim uma medida aplicada em casos de atos infracionais cometidos por adolescentes, com o objetivo de promover sua ressocialização e responsabilização.

QUESTÃO 16

O direito à liberdade de crianças e adolescentes compreende todos os aspectos abaixo, **EXCETO**:

- A) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- B) Trabalhar em atividades remuneradas.
- C) Crença e culto religioso.
- D) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- E) Buscar refúgio, auxílio e orientação.

GABARITO: B) Trabalhar em atividades remuneradas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito à liberdade de crianças e adolescentes abrange diversos aspectos, como ir, vir e estar nos logradouros públicos, exercer sua crença e culto religioso, brincar, praticar esportes e divertir-se, além de buscar refúgio, auxílio e orientação. No entanto, a realização de atividades remuneradas por crianças e adolescentes é regulamentada pelo ECA e por outras leis específicas, com restrições e condições para proteger seu desenvolvimento integral e evitar a exploração do trabalho infantil. Portanto, a alternativa B) está correta como exceção, pois o direito à liberdade não abrange o trabalho em atividades remuneradas para crianças e adolescentes, sendo necessário garantir sua proteção e educação adequadas.

QUESTÃO 17

O direito ao respeito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo vários aspectos, **EXCETO**:

- A) A preservação da imagem, ou seja, o direito à privacidade e à proteção contra a divulgação indevida de informações pessoais ou imagens sem consentimento.
- B) A preservação da identidade, englobando o direito de manter sua individualidade e não ser discriminado com base em características pessoais.
- C) A preservação da autonomia, assegurando que crianças e adolescentes tenham espaço para expressar suas opiniões, participar de decisões que os afetem e exercer sua capacidade de escolha.
- D) A preservação da vida em comunidade, garantindo que evitem o convívio com os demais membros da comunidade.
- E) A preservação dos espaços e objetos pessoais, resguardando o direito de ter um ambiente seguro e privado, assim como a proteção dos pertences pessoais.

GABARITO: D) A preservação da vida em comunidade, garantindo que evitem o convívio com os demais membros da comunidade. O direito ao respeito não implica evitar o convívio com os demais membros da comunidade, mas sim promover uma convivência harmoniosa e respeitosa. O Estatuto busca incentivar a interação social, o respeito mútuo e a construção de relações saudáveis dentro da comunidade em que a criança ou adolescente está inserido.

QUESTÃO 18

Sobre o direito à profissionalização de adolescentes, marque a única alternativa **INCORRETA**:

A) É proibido qualquer trabalho a menores de dez anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

B) Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

C) A formação técnico-profissional deve respeitar a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

D) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observando-se o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

E) A formação técnico-profissional deve ser compatível com o desenvolvimento do adolescente.

GABARITO: A) É proibido qualquer trabalho a menores de dez anos de idade, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o Artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Portanto, a alternativa A está incorreta, pois menciona a idade de 10 anos, o que vai contra o disposto no ECA.

QUESTÃO 19

Marque a alternativa **CORRETA**:

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

A) Guardar o registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de vinte anos.

B) Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe.

C) Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, do pai, da mãe e dos irmãos.

D) Fornecer declaração de nascimento onde constem as informações sobre a saúde do pai, da mãe e dos irmãos do bebê.

E) Promover a separação do bebê da mãe até que esta tenha alta médica.

GABARITO: B) Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe. De acordo com o artigo 10 do ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes devem proceder à identificação do recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital, assim como da impressão digital da mãe. Essa medida tem como objetivo garantir a correta identificação do recém-nascido e a segurança do processo de nascimento. Portanto, a alternativa B) está correta de acordo com as disposições do Estatuto.

QUESTÃO 20

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a obrigatoriedade da vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Nesse sentido, qual das opções abaixo está **corretamente** relacionada ao direito à vacinação?

A) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

B) Não é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

C) Haverá acesso gratuito e equitativo às vacinas, mediante taxa previamente paga ao estado, assegurando a disponibilidade para todos os cidadãos.

D) Vacinação é obrigatória apenas para grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes com doenças crônicas.

E) Autonomia da criança e dos pais para decidirem sobre a vacinação, considerando as recomendações das autoridades sanitárias.

GABARITO: A) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos. De acordo com o art. 14, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. A opção “A)” está corretamente relacionada ao direito à vacinação previsto no artigo 14, que enfatiza a promoção de programas de assistência médica e odontológica para prevenir as doenças comuns na população infantil, além de campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos. Essas ações estão alinhadas com a necessidade de garantir a saúde e o bem-estar das crianças por meio da vacinação.

QUESTÃO 21

Qual das alternativas a seguir descreve **corretamente** o conceito de proteção integral do direito da criança e do adolescente, presente na Lei 8.069/90?

A) A proteção integral se aplica apenas às crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social.

B) A proteção integral visa garantir direitos a todas as crianças e adolescentes, a exemplo de educação, saúde, lazer, profissionalização e cultura.

C) A proteção integral é um conjunto de medidas restritivas de liberdade que visam corrigir comportamentos desviantes de crianças e adolescentes.

D) A proteção integral visa tão somente proteger direitos individuais das crianças e adolescentes que estão nas ruas.

E) A proteção integral visa somente proteger os direitos individuais das crianças na primeira infância, mas não dos adolescentes.

GABARITO: B) A proteção integral visa garantir direitos a todas as crianças e adolescentes, a exemplo de educação, saúde, lazer, profissionalização e cultura. O conceito de proteção integral do direito da criança e do adolescente, presente na Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), abrange todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua situação de risco ou vulnerabilidade social. A proteção integral visa garantir uma série de direitos a todas as crianças e adolescentes, incluindo a educação, saúde, lazer, profissionalização e cultura. Essa abordagem busca assegurar o pleno desenvolvimento e o exercício dos direitos de crianças e adolescentes, levando em consideração sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

QUESTÃO 22

O Estatuto da criança e do adolescente prevê que a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária com prioridade absoluta pela família, sociedade e pelo estado.

Pergunta-se, a garantia de prioridade estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente compreende todas as afirmativas abaixo, **EXCETO**:

A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

B) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

C) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

E) Dar suporte nas questões que envolvem divórcio dos pais.

GABARITO: E) dar suporte nas questões que envolvem divórcio dos pais. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece no artigo 4º (caput e parágrafo único) que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes com absoluta prioridade. No entanto, a garantia de prioridade mencionada no Estatuto não inclui especificamente o suporte em questões que envolvem o divórcio dos pais.

QUESTÃO 23

Qual das opções abaixo corresponde a uma medida estabelecida pelo Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação aos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel, degradante ou maus-tratos contra criança ou adolescente?

A) A ocorrência de tais casos devem ser mantida em sigilo absoluto, sem necessidade de comunicação a qualquer autoridade.

B) É facultativo comunicar os casos ao Conselho Tutelar, ficando a critério da pessoa envolvida decidir se deve ou não fazer.

C) A comunicação ao Conselho Tutelar é obrigatória somente quando há confirmação dos casos, não sendo necessário em casos de suspeita.

D) A comunicação ao Conselho Tutelar é obrigatória tanto em casos de suspeita como de confirmação dos casos mencionados.

E) A comunicação ao Conselho Tutelar é obrigatória somente quando os casos envolvem maus-tratos, não sendo necessário nos demais casos mencionados.

GABARITO: D) A comunicação ao Conselho Tutelar é obrigatória tanto em casos de suspeita como de confirmação dos casos mencionados. De acordo com o Art. 13 do ECA, nos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel, degradante ou maus-tratos contra criança ou adolescente, é obrigatória a comunicação ao Conselho Tutelar da respectiva

localidade. Essa medida visa garantir a proteção e o bem-estar da criança ou adolescente, assegurando que sejam adotadas as providências necessárias para a sua segurança e intervenção nos casos de violência ou maus-tratos. A obrigatoriedade da comunicação abrange tanto os casos de suspeita quanto os casos confirmados, não deixando a critério da pessoa envolvida decidir se deve ou não realizar a comunicação.

QUESTÃO 24

Marque a alternativa **CORRETA**:

Qual é o objetivo principal da Lei 13431/2017?

A) Garantir a impunidade dos agressores de crianças e adolescentes.

B) Assegurar a proteção e assistência integral às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

C) Reduzir a maioria penal para crimes graves envolvendo crianças e adolescentes.

D) Promover a punição severa de adolescentes infratores.

E) Estimular o trabalho de crianças e adolescentes.

GABARITO: B) Assegurar a proteção e assistência integral às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A Lei 13431/2017, conhecida popularmente como Lei da Escuta Protegida, tem como objetivo principal garantir a proteção e assistência integral às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Ela estabelece medidas para aprimorar os procedimentos de escuta dessas vítimas, visando à garantia de seus direitos, à preservação de sua integridade física e psicológica, e à promoção de um ambiente seguro para seu desenvolvimento. Portanto, a alternativa "B)" está correta, uma vez que reflete o objetivo central dessa legislação.

QUESTÃO 25

"A Lei 13.431/2017 estabelece importantes diretrizes para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. De acordo com o artigo 4º dessa lei, são reconhecidas diversas formas de violência que devem ser combatidas e punidas. Com base nesse contexto, vamos testar seus conhecimentos sobre as formas de violência estabelecidas na Lei 13.431/2017. Responda a seguinte questão: "De acordo com o artigo 4º da Lei 13.431/2017, atualizado pela lei "Henry Borel" em 2023, qual das opções abaixo **NÃO** é considerada uma forma de violência?"

- A) Violência física.
- B) Violência psicológica.
- C) Violência sexual.
- D) Violência simbólica.
- E) Violência patrimonial.

GABARITO: D) Violência simbólica. O artigo 4º da Lei 13.431/2017 estabelece as seguintes formas de violência: física, psicológica, sexual, institucional e patrimonial. A opção "D)" ("Violência simbólica") não é mencionada como uma forma de violência nesta lei.

QUESTÃO 26

Com base no conceito de violência sexual estabelecido no artigo 4º da Lei 13.431/2017, qual das opções abaixo **NÃO** é considerada uma forma de violência sexual?"

- A) Abuso sexual.
- B) Exploração sexual comercial.
- C) Tráfico de pessoas.
- D) Alienação parental.
- E) Exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não.

GABARITO: D) Alienação parental. A opção alienação parental não é considerada uma forma de violência sexual e sim psicológica, de acordo com o conceito estabelecido na Lei 13.431/2017,

artigo 4º, II, alínea b. Refere-se a um processo em que um dos genitores (ou terceiro) influencia negativamente a criança ou o adolescente, interferindo na formação psicológica e no vínculo com o outro genitor. Embora seja uma conduta prejudicial, não se enquadra especificamente como uma forma de violência sexual.

QUESTÃO 27

Qual é o **objetivo principal** da Lei nº 14344/2022, também conhecida como Lei Henry Borel?"

- A) Criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.
- B) Aumentar a pena de crianças e adolescentes agressores, em casos de violência doméstica.
- C) Estabelecer medidas socioeducativas para as crianças e adolescentes em situação de violência doméstica.
- D) Criar um cadastro nacional de agressores de crianças e adolescentes.
- E) Instituir a obrigatoriedade de programas de reeducação e conscientização dos agressores.

GABARITO: A) Criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes. A Lei nº 14344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, tem como objetivo principal criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Ela busca fortalecer as medidas de proteção e assistência às vítimas, além de promover a conscientização da sociedade sobre a gravidade desse problema.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei Henry Borel, **quem pode solicitar** a aplicação das medidas protetivas previstas na lei?"

- A) Apenas a vítima, o Ministério Público ou o Conselho Tutelar.

B) Apenas a vítima, o Ministério Público ou a Defensoria Pública.

C) Apenas a vítima, o Conselho Tutelar ou a Delegacia Especializada em Crimes contra a Criança e Adolescente.

D) Apenas a vítima, o Conselho Tutelar ou a Secretaria de Assistência Social.

E) O Ministério Público, a autoridade policial, o Conselho Tutelar ou a pessoa que atue em favor da criança e do adolescente (vítima).

GABARITO: E) Pelo Ministério Público, da autoridade policial, pelo Conselho Tutelar ou a pedido da pessoa que atue em favor da criança e do adolescente. De acordo com a Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022), art. 16, as medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, da autoridade policial, do Conselho Tutelar ou a pedido da pessoa que atue em favor da criança e do adolescente. Portanto, a resposta correta é que as medidas protetivas previstas na Lei Henry Borel podem ser solicitadas não apenas pela vítima, mas também pelo Ministério Público, pela autoridade policial, pelo Conselho Tutelar ou por qualquer pessoa que atue em favor da criança e do adolescente.

QUESTÃO 29

Há, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, formas diversas de possibilitar que crianças e adolescentes possam garantir o direito a convivência familiar e comunitária. Todas as opções abaixo estão corretas, **EXCETO**:

A) Adoção.

B) Guarda.

C) Apadrinhamento.

D) Curatela.

E) Tutela.

GABARITO: D) Curatela. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há

formas diversas de possibilitar que a criança ou o adolescente garanta o direito à convivência familiar e comunitária. São elas: adoção, guarda, apadrinhamento e tutela. A curatela, por sua vez, não está relacionada ao direito à convivência familiar e comunitária, mas sim à proteção e assistência de pessoas que estejam incapacitadas de exercer pessoalmente os atos da vida civil. A curatela é aplicada em casos de pessoas maiores de idade que possuem alguma deficiência ou incapacidade.

QUESTÃO 30

Marque a alternativa **INCORRETA**:

A Resolução nº 231, de 2022 publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, que dispõe sobre as diretrizes e parâmetros para criação, funcionamento e realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, dispõe que:

A) Todos os municípios do Brasil devem realizar esse Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, que será realizado em data unificada em todo território nacional.

B) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão encarregado de realizar o processo de escolha nos municípios.

C) A lei municipal local poderá dispor sobre a documentação exigida para candidatura, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 133 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

D) A realização do processo de escolha é facultativa (opcional) para todos os municípios. E, se dá mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo Município ou Distrito Federal.

E) O Processo de Escolha em data unificada ocorre em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro

do ano subsequente ao da eleição presidencial, em processo estabelecido em lei municipal.

GABARITO: D) A realização do processo de escolha é obrigatória para todos os municípios. Com base na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é obrigatório para todos os municípios. Esse processo ocorre por meio de sufrágio universal e direto, no qual os eleitores do respectivo Município ou Distrito Federal têm o direito de votar de forma facultativa e secreta.

QUESTÃO 31

Segundo o Art. 8º da Resolução 231 publicada em 2022 pelo Conanda, as condutas ilícitas e proibidas para o dia da eleição seguem a legislação municipal, sendo proibidas algumas ações. Compete à Comissão Especial do CMDCA processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e contraditório, na forma de resolução específica.

Pergunta-se, de acordo com a Resolução 231/2022 do Conanda, qual das condutas descritas abaixo **NÃO** estará proibida no dia da eleição?

- A) Utilizar espaço na mídia para propaganda eleitoral.
- B) Transportar eleitores para os locais de votação.
- C) Manifestar individualmente e de forma silenciosa a preferência por um candidato.
- D) Distribuir material de propaganda política ou realizar aliciamento, coação ou manifestação que influencie a vontade do eleitor.
- E) Realizar qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

GABARITO: C) Manifestar individualmente e de forma silenciosa a preferência por um candidato. De acordo com a Resolução 231/2022 do Conanda, várias condutas são proibidas no dia da eleição. No entanto, a manifestação individual e silenciosa da preferência por um candidato não está entre as condutas proibidas. Essa ação não configura propaganda eleitoral ativa ou qualquer forma de influenciar diretamente o eleitor, e sim uma expressão pessoal e discreta da escolha do eleitor.

QUESTÃO 32

Com base na Resolução 231/2022 do Conanda, marque a alternativa **INCORRETA** sobre o Conselho Tutelar:

- A) A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes.
- B) Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática do crime e da prática da infração administrativa previstos no ECA.
- C) O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas, conforme previsão legal.
- D) O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições, visando agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.
- E) É permitido o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por terceiros que não tenham sido escolhidos pela comunidade, desde que sejam expressamente autorizados pelo Colegiado.

GABARITO: E) É permitido o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por

terceiros que não tenham sido escolhidos pela comunidade, desde que sejam expressamente autorizados pelo Colegiado. De acordo com o art. 28 da Resolução 231/2022 do Conanda, o exercício das atribuições do Conselho Tutelar é exclusivo dos conselheiros tutelares eleitos pela comunidade. Portanto, não é permitido que terceiros, que não foram escolhidos pela comunidade, exerçam as atribuições do Conselho Tutelar, mesmo que haja autorização expressa do Colegiado. Essa restrição visa garantir a legitimidade, representatividade e responsabilidade dos conselheiros tutelares eleitos para exercerem suas funções.

QUESTÃO 33

Marque a alternativa **CORRETA**:

As entidades de atendimento são responsáveis pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes em diferentes modalidades, a exemplo de orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar, acolhimento institucional, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Tais entidades são fiscalizadas pelas seguintes autoridades competentes:

- A) Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares.
- B) Polícia, Ministério Público e Conselhos Tutelares.
- C) Judiciário, Polícia e Conselhos Tutelares.
- D) Judiciário, Ministério Público e Polícia.
- E) Judiciário, Guarda Municipal, Polícia, Ministério Público e Conselhos Tutelares.

GABARITO: A) Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares. A fundamentação está baseada nos artigos 90 e 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Artigo 90 do ECA estabelece que as entidades de atendimento são responsáveis pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em

diferentes modalidades. Essas entidades são fiscalizadas pelos órgãos competentes. O Artigo 95 do ECA complementa, determinando que a fiscalização das entidades de atendimento deve ser realizada pelo Judiciário, Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares. Esses órgãos têm a atribuição de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas e garantir a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

QUESTÃO 34

De acordo com o artigo 81 do ECA, existem vários produtos listados abaixo que são absolutamente proibidos de serem vendidos a crianças ou adolescentes. Indique qual dos produtos abaixo **NÃO** está sujeito a uma proibição absoluta.

- A) Armas, munições e explosivos.
- B) Bebidas alcoólicas.
- C) Produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- D) Fogos de estampido e de artifício.
- E) Bilhetes lotéricos e equivalentes.

GABARITO: D) Fogos de estampido e de artifício. A justificativa está fundamentada no artigo 81, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata da proibição da venda de fogos de estampido e de artifício para crianças e adolescentes, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida. Portanto, todas as opções apresentadas são proibidas, exceto a letra D, que estabelece essa exceção para os fogos de estampido e de artifício de baixo potencial de dano.

QUESTÃO 35

Qual dos itens abaixo contempla uma medida de prevenção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

- A) Prestar serviços à comunidade.
- B) Ser encaminhado aos pais ou responsável.
- C) Ser encaminhado a programas de atendimento psicológico.
- D) Ser incluído em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- E) Ter acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

GABARITO: E) Acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. O artigo 75 do ECA estabelece que uma das medidas de prevenção é garantir às crianças e adolescentes o acesso a diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Essa medida tem o objetivo de proteger os direitos e a integridade das crianças e adolescentes, evitando a exposição a conteúdos impróprios para suas idades e garantindo seu desenvolvimento saudável.

QUESTÃO 36

Marque a alternativa **CORRETA**:

Mariana é uma criança de 11 anos e 11 meses que foi flagrada praticando ato infracional análogo ao furto numa loja do Shopping Premium. Ela é reincidente em atos infracionais e está envolvida com pessoas suspeitas de atividades criminosas em sua comunidade. Nesse caso, dentre as opções abaixo, qual a única providência que o Conselho Tutelar pode tomar?

- A) Aplicar uma advertência verbal, combinada com a obrigação de reparar o dano causado ao dono do estabelecimento.
- B) Aplicar uma medida de Liberdade assistida.
- C) Requisitar a Semiliberdade.
- D) Requisitar a medida de internação em estabelecimento educacional.

- E) Somente poderá aplicar medidas de proteção.

GABARITO: E) Somente poderá aplicar medidas de proteção. De acordo com o artigo 105 do ECA, quando uma criança comete um ato infracional, as medidas aplicáveis são aquelas previstas no artigo 101. No caso de Mariana, uma criança de 11 anos e 11 meses envolvida em um ato infracional, é importante considerar as disposições do ECA para determinar a ação que o Conselho Tutelar pode tomar. Nesse caso, medidas socioeducativas como Liberdade Assistida, Semiliberdade ou internação não são possíveis devido à idade de Mariana.

QUESTÃO 37

Marque a alternativa **CORRETA**:

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção aplicáveis às crianças e adolescentes são cabíveis em situações de risco, quando os direitos reconhecidos (na lei) forem ameaçados ou violados:

- A) Por ação ou omissão apenas da sociedade ou do Estado.
- B) Por falta, omissão ou abuso dos responsáveis, excetuando os pais.
- C) Por ação ou omissão da sociedade, ou do Estado ou dos pais (ou responsável legal) ou por atos decorrentes da própria conduta da criança ou adolescente.
- D) Por falta, omissão ou abuso dos pais, excetuando o responsável.
- E) Somente por ação ou omissão da sociedade.

GABARITO: C) Por ação ou omissão da sociedade, ou do Estado ou dos pais (ou responsável legal) ou por atos decorrentes da própria conduta da criança ou adolescente. O artigo 98 do ECA afirma que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos (na lei) forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado II - por falta,

omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta. Portanto, as medidas de proteção podem ser aplicadas em situações de risco causadas pela sociedade, pelo Estado, pelos pais ou responsável legal, ou mesmo em decorrência da própria conduta da criança ou do adolescente.

QUESTÃO 38

Marque a alternativa **CORRETA**:

Qual é a idade máxima para o cumprimento de medida socioeducativa?

- A) Até completar 14 anos.
- B) Até completar 16 anos.
- C) Até completar 18 anos.
- D) Até completar 21 anos.
- E) Até completar 12 anos.

GABARITO: D) até completar 21 anos. De acordo com o art. 121, § 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a idade máxima para o cumprimento de medida socioeducativa é até completar 21 anos. As medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, com o objetivo de promover sua ressocialização e responsabilização pelos atos cometidos.

QUESTÃO 39

Qual é o **objetivo principal** do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo?

- A) Promover a prisão e punição dos adolescentes em conflito com a lei.
- B) Garantir a alimentação gratuita balanceada aos adolescentes em conflito com a lei, independentemente de sua condição social.
- C) Assegurar a proteção integral e a garantia de direitos aos adolescentes em conflito com a lei, por meio da execução de medidas socioeducativas.

D) Estabelecer medidas de segurança e contenção para a prevenção da violência doméstica.

E) Fornecer suporte financeiro (bolsas) para as famílias de adolescentes em conflito com a lei.

GABARITO: C) Assegurar a proteção integral e a garantia de direitos aos adolescentes em conflito com a lei, por meio da execução de medidas socioeducativas. O objetivo principal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é assegurar a proteção integral e a garantia de direitos aos adolescentes em conflito com a lei, por meio da execução de medidas socioeducativas. O SINASE busca promover a ressocialização dos adolescentes, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento pessoal, educacional, profissional e social. O foco não é simplesmente a apreensão e punição dos adolescentes, mas sim proporcionar um ambiente que propicie sua reintegração na sociedade, por meio de ações socioeducativas que visem sua reeducação e ressocialização.

QUESTÃO 40

A Lei nº 1.586 de 2022 dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nossa Senhora do Socorro/SE descreve como órgãos de política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, **EXCETO**:

- A) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- B) O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).
- C) O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).
- D) O Conselho Tutelar (CT).
- E) A Secretaria Municipal de Turismo (SMT).

GABARITO: E) A Secretaria Municipal de Turismo (SMT). A Secretaria Municipal de

Turismo não é um órgão de política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme descrito na Lei nº 1.586 de 2022. Os demais itens mencionados (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar) são órgãos que compõem a estrutura de atendimento e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A Secretaria Municipal de Turismo possui atribuições relacionadas ao desenvolvimento e promoção do turismo na cidade, não estando diretamente envolvida na política de atendimento dos direitos da infância e da adolescência.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: O texto abaixo será usado para as questões nº 41, 42, 43 e 44.

A velha Totonha, de quando em vez, batia no engenho. E era um acontecimento para a meninada. (...) andava léguas e léguas a pé, de engenho a engenho, como uma edição viva das histórias de Mil e Uma Noites (...) era uma grande artista para dramatizar. Tinha uma memória de prodígio. Recitava contos inteiros em versos, intercalando pedaços de prosa, como notas explicativas. (...) Havia sempre rei e rainha, nos seus contos, e forca e adivinhações. O que fazia a velha Totonha mais curiosa era a cor local que ela punha nos seus descritivos. (...) Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Paraíba e a Mata do Rolo. O seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco.

(José Lins do Rego, Menino de Engenho)

QUESTÃO 41

No texto, o narrador atribui às histórias contadas pela Velha Totonha uma característica bastante particular: **a cor local. Essa característica é manifestada em:**

- A) “Andava léguas e léguas a pé, como uma edição viva das Mil e Uma Noites”.
- B) “Havia sempre rei e rainha, nos seus contos, e forca e adivinhações”.
- C) “Era uma grande artista para dramatizar. Tinha uma memória de prodígio”.
- D) “Recitava contos inteiros em versos, intercalando pedaços de prosa, como notas explicativas”.
- E) “O seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco”.

GABARITO: E) “O seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco”.

A cor local de que fala o texto é a associação de características de personagens e paisagens do lugar em que os ouvintes moram a lugares e reinos distantes, ou seja, trata-se de usar paisagens e pessoas próximas em narrativas de reinos e lugares distantes (reais ou imaginários). Nesse sentido, ao dizer que o seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco, ela imprime cor local ao seu texto.

QUESTÃO 42

A narrativa é construída com verbos empregados no mesmo tempo e no mesmo modo. Essa **flexão verbal** é o:

- A) Presente do indicativo.
- B) Pretérito imperfeito do indicativo – passado.
- C) Imperativo negativo.
- D) Futuro do pretérito do indicativo.
- E) Presente do subjuntivo.

GABARITO: B) Pretérito imperfeito do indicativo – passado.

Todos os verbos do texto estão usados no pretérito imperfeito do indicativo, que é o tempo mais comum nas narrativas. Esse tempo representa, no texto, fatos habituais do passado.

QUESTÃO 43

“E era um acontecimento para a meninada. (...) andava léguas e léguas a pé, de engenho a engenho, como uma edição viva das histórias de Mil e Uma Noites”.

Na ordem em que aparecem no trecho, as palavras destacadas são classificadas, morfológicamente, como:

- A) Artigo, preposição, preposição.
- B) Artigo, preposição, artigo.
- C) Pronome, artigo, preposição.
- D) Preposição, preposição, pronome.
- E) Preposição, preposição, artigo.

GABARITO: A) Artigo, preposição, preposição.

Antes do vocábulo “meninada”, há um artigo que identifica essa palavra como feminina.

Antes das palavras “pé” e “engenho”, que são masculinas, o “a” é preposição, pois não identifica o gênero dessas palavras. No primeiro caso, o “a” inicia uma locução adverbial e, no segundo, faz parte de uma locução com palavras repetidas.

QUESTÃO 44

Os lugares _____ a velha Totonha chegava modificavam-se, _____ ela levava alegria e diversão aos moradores com os seus contos e versos. Todos conheciam suas histórias _____ muitos anos, _____ sempre corriam para escutá-las.

Os espaços do trecho acima devem ser preenchidos, respectivamente, com:

- A) deonde, porque, há, mas.
- B) aonde, por que, a, mais.
- C) aonde, porque, há, mas.
- D) onde, porque, há, mais.
- E) aonde, por que, há, mais.

GABARITO: C) aonde, porque, há, mas.

Aonde – o verbo chegar exige a preposição “a”, portanto (a + onde).

Porque – equivale a “pois”, portanto é uma conjunção.

Há – refere-se ao passado, por isso é escrito com ‘h’.

Mas – tem valor de “porém”, portanto é uma conjunção adversativa.

Atenção: O texto abaixo será usado para as questões nº 45 e 46.

A mulher foi passear na capital. Dias depois, o marido dela recebeu um telegrama: “Envie quinhentos cruzeiros. Preciso comprar uma capa de chuva. Aqui está chovendo sem parar”. E ele respondeu: “Regresse. Aqui chove mais barato”.

(Ziraldo, As Anedotas do Pasquim)

QUESTÃO 45

O **argumento** usado pelo marido para não atender o pedido da mulher é **de base**:

- A) Preconceituosa.
- B) Sentimental.
- C) Machista.
- D) Econômica.
- E) Política.

GABARITO: D) Econômica.

O argumento do marido é de ordem econômica, pois ele diz que, no interior, chove mais barato, fazendo referência à diferença de preços entre capital e interior.

QUESTÃO 46

“Dias depois, o marido dela recebeu um telegrama”

As palavras da lista abaixo que pertencem ao gênero masculino, assim como “telegrama”, são:

- A) Omelete, camisola, pijama.
- B) Sombreiro, grampeador, pijama.
- C) Tesoura, omelete, guaraná.
- D) Alface, lança-perfume, garganta.
- E) Fumaça, guaraná, alface.

GABARITO: B) Sombreiro, grampeador, pijama.

As demais palavras, a exemplo de: omelete, fumaça e garganta pertencem ao gênero feminino.

QUESTÃO 47

Qual é o atalho de teclado usado para **copiar e colar** um arquivo ou texto no Windows, respectivamente?

- A) Ctrl + X e Ctrl + C
- B) Ctrl + C e Ctrl + V

- C) Ctrl + V e Ctrl +C
- D) Ctrl + Z e Ctrl +X
- E) Ctrl + P e Ctrl +V

GABARITO: B) Ctrl + C e Ctrl V
São os atalhos utilizados para copiar e colar.

QUESTÃO 48

Qual das opções abaixo descreve **corretamente** o **e-mail**?

- A) Um serviço de transmissão de sinais de televisão.
- B) Um sistema tipo planilha de dados coletados.
- C) Uma rede social voltada essencialmente para fins de compartilhamento de fotos.
- D) Um meio de comunicação eletrônica para troca de mensagens.
- E) Um software de edição de vídeos.

GABARITO: D) Um meio de comunicação eletrônica para troca de mensagens.

QUESTÃO 49

Qual é a função do recurso "**Localizar e Substituir**" no Microsoft Word?

- A) Pesquisar palavras em um documento e substituí-las por outras.
- B) Encontrar sinônimos de palavras usadas no documento.
- C) Localizar erros gramaticais e ortográficos no texto.
- D) Verificar a contagem de palavras e caracteres no documento.
- E) Exibir estatísticas sobre o tempo gasto na edição do documento.

GABARITO: A) Pesquisar palavras-chave em um documento e substituí-las por outras.

QUESTÃO 50

Qual das seguintes opções descreve **corretamente** o Microsoft **Word**?

- A) Uma rede social para comunicação de mensagens.
- B) Um serviço de e-mail.
- C) Um sistema operacional.
- D) Uma ferramenta para escrita e edição de textos.
- E) Um navegador de internet

GABARITO: D) Uma ferramenta para escrita e edição de textos.